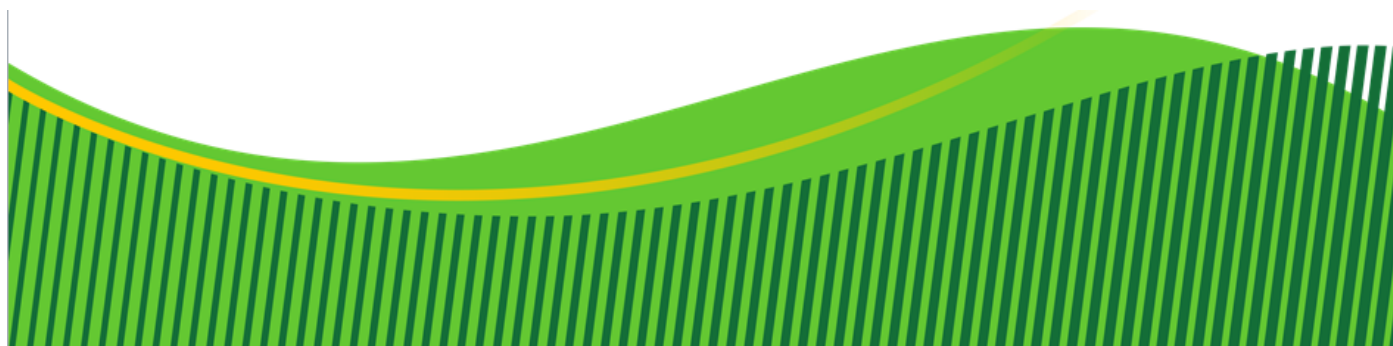


Relatório Anual 2018

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria
Gerência Contábil



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

ATIVO	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	31/12/2018	31/12/2017
CIRCULANTE	352.773	278.354	CIRCULANTE	140.387	100.206
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	7.440	6.554	DEPÓSITOS (NOTA 12)	83.134	62.456
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	-	27.508	Depósitos à Vista	75.677	53.155
Carteira Própria	-	27.508	Depósitos a Prazo	7.457	9.301
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	151.915	93.238	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	30.932	19.202
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	2	10	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2	10
Correspondentes no país	8	16	Repasses Interfinanceiros (NOTA 13)	30.930	19.192
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	151.905	93.212	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	288	355
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	173.891	137.599	Recursos em Trânsito de Terceiros	288	355
Operações de Crédito	180.716	142.628	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	-	1.356
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(6.825)	(5.029)	Empréstimos País - Outras Instituições	-	1.356
OUTROS CRÉDITOS	17.469	11.809	OUTRAS OBRIGAÇÕES	26.033	16.837
Créditos por Avais e Fianças Honrados (NOTA 07)	7	8	Cobrança e Arrecadação de Tributos	89	70
Rendas a Receber	427	277	Sociais e Estatutárias	1.738	954
Diversos (NOTA 07 e 08)	17.241	11.666	Fiscais e Previdenciárias	652	580
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (NOTA 07)	(206)	(142)	Diversas (NOTA 15)	23.554	15.233
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	2.058	1.646			
Outros Valores e Bens	2.038	1.627			
(Provisão para desvalorização)	(4)	(4)			
Despesas Antecipadas	24	23			
NÃO CIRCULANTE	134.869	69.664	NÃO CIRCULANTE	283.650	203.583
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	7.716	712	DEPÓSITOS (NOTA 12)	276.753	197.542
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.716	712	Depósitos Interfinanceiros	1.657	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	114.717	58.864	Depósitos a Prazo	275.096	197.542
Operações de Crédito	118.401	61.405	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	1.793	936
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(3.684)	(2.541)	Repasses Interfinanceiros	1.793	936
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07 e 08)	51	13	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 15)	5.104	5.105
Diversos	51	13	Diversas	5.104	5.105
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	3.920	3.568	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	63.605	44.229
Outros Investimentos	3.920	3.568	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	31.760	25.145
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	5.434	4.189	De Domiciliados no País	39.309	27.959
Outras Imobilizações de Uso	9.230	7.516	(Capital a Realizar)	(7.549)	(2.814)
(Depreciação acumulada)	(3.796)	(3.327)	RESERVAS DE SOBRAS	28.909	16.238
INTANGÍVEL (NOTA 11)	3.031	2.318	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	2.936	2.846
Outros Ativos Intangíveis	5.475	4.165			
(Amortização acumulada)	(2.444)	(1.847)			
TOTAL DO ATIVO	487.642	348.018	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	487.642	348.018

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

Descrição das contas	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)			01/01/2018 a 31/12/2018			01/01/2017 a 31/12/2017		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	28.663	-	28.663	53.839	-	53.839	44.623	-	44.623
Operações de Crédito	28.582	-	28.582	53.107	-	53.107	42.265	-	42.265
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	81	-	81	732	-	732	2.358	-	2.358
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(11.240)	(13)	(11.253)	(22.505)	(23)	(22.528)	(22.582)	(76)	(22.658)
Operações de Captação no Mercado	(7.870)	(13)	(7.883)	(14.328)	(23)	(14.351)	(16.419)	(21)	(16.440)
Operações de Empréstimos e Repasses	(926)	-	(926)	(1.710)	-	(1.710)	(1.258)	(55)	(1.313)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.444)	-	(2.444)	(6.467)	-	(6.467)	(4.905)	-	(4.905)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	17.423	(13)	17.410	31.334	(23)	31.311	22.041	(76)	21.965
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERAC	(8.242)	759	(7.483)	(16.403)	1.302	(15.101)	(11.832)	806	(11.026)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	3.637	2.251	5.888	6.840	4.028	10.868	5.291	2.881	8.172
Rendas de Tarifas Bancárias	2.867	-	2.867	5.494	-	5.494	4.466	-	4.466
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(8.588)	(411)	(8.999)	(15.892)	(738)	(16.630)	(13.633)	(607)	(14.240)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 21)	(7.029)	(782)	(7.811)	(13.548)	(1.427)	(14.975)	(11.400)	(1.085)	(12.485)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(47)	(132)	(179)	(85)	(237)	(322)	(68)	(163)	(231)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 22)	5.920	33	5.953	10.785	43	10.828	11.948	54	12.002
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 23)	(5.002)	(200)	(5.202)	(9.997)	(367)	(10.364)	(8.436)	(274)	(8.710)
RESULTADO OPERACIONAL	9.181	746	9.927	14.931	1.279	16.210	10.209	730	10.939
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	370	54	424	996	54	1.050	1.498	(2)	1.496
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	9.551	800	10.351	15.927	1.333	17.260	11.707	728	12.435
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	147	147	-	(6)	(6)	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	82	82	-	(3)	(3)	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	65	65	-	(3)	(3)	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.551	947	10.498	15.927	1.327	17.254	11.707	728	12.435
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	1.327	(1.327)	-	728	(728)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.551	947	10.498	17.254	-	17.254	12.435	-	12.435
DESTINAÇÕES	-	-	-	(14.318)	-	(14.318)	(9.589)	-	(9.589)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(1.403)	-	(1.403)	(1.454)	-	(1.454)
Fates - Estatutário	-	-	-	(734)	-	(734)	(474)	-	(474)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(9.544)	-	(9.544)	(6.167)	-	(6.167)
Reserva de Expansão	-	-	-	(1.189)	-	(1.189)	-	-	-
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(1.169)	-	(1.169)	(646)	-	(646)
Reserva Legal - Doação SFG	-	-	-	-	-	-	(848)	-	(848)
Outras Destinações	-	-	-	(279)	-	(279)	-	-	-
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	2.936	-	2.936	2.846	-	2.846

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC

CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2017	20.418	8.577	-	1.356	30.351
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.339	-	-	(1.339)	-
Outras destinações	-	-	-	(17)	(17)
Capital de associados					
Aumento de capital	3.672	-	-	-	3.672
Baixas de capital	(1.702)	-	-	-	(1.702)
Resultado do período	-	-	-	12.435	12.435
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(474)	(474)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.167	-	(6.167)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.418	-	-	(1.454)	(36)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	646	-	(646)	-
Reserva Legal - Doação SFG	-	848	-	(848)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	25.145	16.238	-	2.846	44.229
Mutações do Período	4.727	7.661	-	1.490	13.878
Saldos no início do período em 01/01/2018	25.145	16.238	-	2.846	44.229
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	1.874	-	-	(1.874)	-
Destinações para reservas	-	-	769	(769)	-
Outras destinações	-	-	-	(203)	(203)
Capital de associados					
Aumento de capital	5.204	-	-	-	5.204
Baixas de capital	(1.837)	-	-	-	(1.837)
Resultado do período	-	-	-	17.254	17.254
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(734)	(734)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.544	-	(9.544)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.189	(1.189)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.374	-	-	(1.403)	(29)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.169	-	(1.169)	-
Outras Destinações	-	-	-	(279)	(279)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	31.760	26.951	1.958	2.936	63.605
Mutações do Período	6.615	10.713	1.958	90	19.376
Saldos no início do período em 01/07/2018 (Não auditado)	28.069	16.238	769	6.756	51.832
Capital de associados					
Aumento de capital	2.867	-	-	-	2.867
Baixas de capital	(550)	-	-	-	(550)
Resultado do período	-	-	-	10.498	10.498
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(734)	(734)
Reserva Legal - Estatutária	-	9.544	-	(9.544)	-
Reserva de Expansão	-	-	1.189	(1.189)	-
Juros sobre o Capital Próprio	1.374	-	-	(1.403)	(29)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	1.169	-	(1.169)	-
Outras Destinações	-	-	-	(279)	(279)
Saldos no fim do período em 31/12/2018	31.760	26.951	1.958	2.936	63.605
Mutações do Período	3.691	10.713	1.189	(3.820)	11.773

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC
CNPJ/MF nº 03.793.242/0001-78

	01/07/2018 a 31/12/2018 (Não auditado)	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	11.874	21.427	13.915
Resultado do semestre/exercício	10.498	17.254	12.435
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	1.376	4.173	1.480
Provisão para operações de crédito	1.023	2.939	657
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	4
Provisão para desvalorização de outros créditos	23	64	29
Depreciação do imobilizado de uso	440	858	697
Amortização do intangível	320	597	527
Baixas do ativo permanente	93	103	25
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	237	344	(27)
Destinações ao FATES	(734)	(734)	(474)
Dividendos SicrediPar	(26)	2	42
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	25.267	39.163	(4.439)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(6.981)	(7.003)	(439)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	-	27.509	(12.319)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	5.095	8	(8)
Redução em relações com correspondentes	6	7	158
(Aumento) em operações de crédito	(49.640)	(95.084)	(57.757)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	395	12.587	7.974
(Aumento) em outros créditos	(5.024)	(5.766)	(2.639)
(Aumento) em outros valores e bens	(142)	(412)	(687)
Aumento em depósitos	74.290	99.889	52.598
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	(49)	(68)	118
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.756)	(1.356)	(4)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(181)	(365)	(226)
Aumento em outras obrigações	9.254	9.217	8.792
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	37.141	60.590	9.476
Aquisição de Investimentos	-	(352)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.760)	(2.205)	(1.874)
Aplicações no Intangível	(445)	(1.310)	(725)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(2.205)	(3.867)	(2.599)
Integralização de capital	2.867	5.204	3.672
Baixa de capital	(550)	(1.837)	(1.702)
Juros ao capital próprio	(29)	(29)	(36)
Distribuição de Sobras	-	(203)	(17)
Outras Destinações	(279)	(279)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	2.009	2.856	1.917
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	36.945	59.579	8.794
Caixa e equivalente de caixa no início do período	122.400	99.766	90.972
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	159.345	159.345	99.766

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Sul do Estado de Santa Catarina - Sicredi Sul SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 13/07/1999 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2018, está organizado por 114 Cooperativas de Crédito filiaidas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.684 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen(CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 01 de março de 2019.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2018	2017
Disponibilidades	7.440	6.554
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	151.905	93.212
Total	159.345	99.766

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2018 equivale a 100% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2018	2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	7.716	712
DI entre Banco e Cooperativas	6.654	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.062	712
Total não circulante	7.716	712

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Cotas de Fundos de Renda Fixa	-	27.508
Total circulante	-	27.508

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	135.271	95.153	230.424	164.372
Financiamentos	15.659	21.450	37.109	19.473
Financiamentos rurais e agroindustriais	29.786	1.798	31.584	20.188
Carteira total	180.716	118.401	299.117	204.033

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2018			2017
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honorados	7	-	7	8
Devedores por compra de valores e bens	23	50	73	23
Títulos e créditos a receber (i)	15.670	1	15.671	10.090
Total	15.700	51	15.751	10.121

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2018	2017	2018	2017
Nível AA	-	177	-	-	-
Nível A	0,50	142.272	81.848	711	409
Nível B	1,00	106.257	93.254	1.062	966
Nível C	3,00	42.765	23.997	1.283	720
Nível D	10,00	13.666	7.608	1.367	761
Nível E	30,00	3.249	2.501	975	750
Nível F	50,00	1.714	1.144	857	572
Nível G	70,00	1.027	893	719	625
Nível H	100,00	3.741	2.909	3.741	2.909
Total		314.868	214.154	10.715	7.712

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2018			Total da Carteira	2017
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	1.131	14.826	11.730	14.059	41.746	27.234
Rural	-	5.550	24.236	1.798	31.584	20.188
Industrial	390	19.104	11.583	23.630	54.707	32.706
Comércio	1.319	28.526	27.480	41.744	99.069	73.459
Outros Serviços	559	24.508	25.474	37.221	87.762	60.567
Total	3.399	92.514	100.503	118.452	314.868	214.154

d) Concentração das operações de crédito

	2018	%	2017	%
10 maiores devedores	27.897	8,86	20.936	9,78
50 devedores seguintes	73.585	23,37	60.972	28,47
100 devedores seguintes	58.750	18,66	42.016	19,62
Demais	154.636	49,11	90.230	42,13
Total	314.868	100	214.154	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2018	2017
Saldo inicial	7.712	7.026
Constituição de provisão	6.467	4.905
Movimentação de baixados para prejuízo	(3.464)	(4.219)
Saldo final	10.715	7.712

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 1.642 (2017 - R\$ 1.748), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 6.330 (2017 - R\$ 2.495).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2018	2017
Adiantamentos e antecipações salariais	83	57
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	289	1.119
Devedores por compra de valores e bens	23	11
Devedores por depósitos em garantia	57	47
Impostos e contribuições a compensar	360	147
Títulos e créditos a receber	15.670	10.089
Cotas de consórcio	265	-
Operações com cartões	300	32
Pendências a regularizar	85	17
Outros	109	147
Total Circulante	17.241	11.666

Devedores por compra de valores e bens	50	12
Títulos e créditos a receber	1	1
Total não circulante	51	13

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2018	2017
Bens não de uso próprio	2.030	1.624
Imóveis	1.687	1.455
Veículos e afins	343	169
Material em estoque	8	3
Despesas antecipadas	24	23
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(4)	(4)
Total Circulante	2.058	1.646

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 4 (2017 - R\$ 4) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2018	2017
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	2.369	2.018
Sicredi Participações S.A.	1.549	1.548
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	3.920	3.568

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Número de ações/quotas possuídas	502.150 ON	502.150 ON	2	2	2.369.320	2.017.754
	1.046.231 PN	1.046.231 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,18%	0,18%	1,24%	1,22%	0,62%	0,57%
Capital social	880.597	874.847	164	164	383.377	351.047
Patrimônio líquido	906.341	893.040	252.691	240.569	393.914	361.565
Lucro líquido do exercício	14.956	16.863	12.122	35.861	-	-
Valor do investimento	1.549	1.548	2	2	2.369	2.018

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2018			2017
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	9.230	(3.796)	5.434	4.189
Imobilizações em curso	-	639	-	639	183
Instalações	10%	2.732	(1.080)	1.652	1.687
Móveis e equipamentos de uso	10%	2.753	(1.126)	1.627	1.252
Sistema de comunicação	10%	126	(43)	83	50
Sistema de processamento de dados	20%	2.268	(1.292)	976	684
Sistema de segurança	10%	508	(202)	306	213
Sistema de transporte	20%	204	(53)	151	120
Intangível (i)		5.475	(2.444)	3.031	2.318
Investimentos Confederação		5.475	(2.444)	3.031	2.318
Total		14.705	(6.240)	8.465	6.507

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2018			Total	2017
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Depósitos à vista	75.677	-	-	75.677	53.155
Depósitos Interfinanceiros	-	-	1.657	1.657	-
Depósitos a prazo	1.389	6.068	275.096	282.553	206.843
Total	77.066	6.068	276.753	359.887	259.998

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	30.930	19.192
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	30.930	19.192
Total circulante	30.930	19.192

	2018	2017
Recursos do Crédito Rural	1.793	936
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.793	936
Total não circulante	1.793	936

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2026, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2018	2017
Empréstimos no País - outras instituições	-	1.356
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	-	1.356
Total circulante	-	1.356

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Cheques administrativos	550	-
Provisão para pagamentos a efetuar	3.757	2.767
Provisão para passivos contingentes (Nota 16)	839	495
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	451	220
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	76	96
Atualização dívida subordinada cooperados (ii)	-	42
Juros Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (iii)	37	-
Pendências a regularizar	221	110
Operações com cartões	15.857	10.038
Demais fornecedores	326	235
Credores diversos	1.440	1.230
Total circulante	23.554	15.233

	2018	2017
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - Banco (ii)	1.604	5.105
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital - SFG (iii)	3.500	-
Total não circulante	5.104	5.105

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

(ii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de mútuo com cláusula de subordinação firmados em março de 2013 com vencimento em dezembro de 2021 pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, possui taxa anual de 158,5% do CDI, pagos semestralmente

(iii) As dívidas subordinadas elegíveis a capital nível II referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em outubro de 2017 com vencimento em outubro de 2027 com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 16 – PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2018	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2018
Trabalhista	161	166	(214)	113
Cível	334	780	(388)	726
Total	495	946	(602)	839

Natureza	Probabilidade de perda	2018	2017
Trabalhista	Provável	113	161
Cível	Provável	726	334
Total		839	495

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 448; R\$ 1.029 (2017 - R\$ 435 e R\$ 576), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2018	2017
Capital Social	31.760	25.145
Total de associados	19.462	18.300

Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 6.615 (2017 – R\$ 4.727), sendo R\$ 3.248 (2017 – R\$ 2.757) via integralização de resultados e R\$ 5.204 (2017 – R\$ 3.672), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 1.837 (2017 – R\$ 1.702).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 5% em Conta Capital, no montante de R\$ 1.403, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 65% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou 8,1% foram para a Reserva de Expansão e 1,9% para Outros Destinações.

NOTA 18 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2018 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 1.098 (R\$ 1.546 em dezembro de 2017), registrada no grupo de “Outras Receitas Não Operacionais”.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 19 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	17.260	12.435
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(7.249)	(5.223)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	59	28
Provisão PPR	(21)	14
Receita com atos cooperativos	6.689	4.917
Juros sobre capital próprio	589	610
Outros	(73)	(346)
Subtotal	7.243	5.223
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(6)	-

NOTA 20 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2018	2017
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	7.716	712
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	-	27.508
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	151.905	93.212
Outros Créditos - Rendas a receber	328	194
Outros Créditos - Diversos (Nota 08)	293	1.122
Investimentos (Nota 10)	3.920	3.568
Intangível (Nota 11)	3.031	2.318
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	32.723	20.128
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	-	1.356
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	15.833	9.981
Principal e juros dívida subordinada (Nota 15)	1.680	5.201
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	732	2.358
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	1.760	1.009
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 22)	7.816	9.569
Receita não operacional - Doação SFG (Nota 18)	1.098	1.546
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.710	1.313
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 21)	602	473
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 23)	5.295	4.891

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2018	% em relação ao total	2017
Depósitos à vista	61	0,08%	88
Depósitos a prazo	6.864	2,43%	2.962
Operações de crédito	145	0,05%	903

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2018	2017
Pessoas chave da administração	1.482	1.293

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2018	2017
Despesa de água, energia e gás	348	278
Despesa de aluguéis	2.017	1.771
Despesa de comunicação	1.119	956
Despesa de manutenção e conservação	1.084	1.032
Despesa de material	344	262
Despesa processamento dados	434	252
Despesa de promoções e relações públicas	1.201	728
Despesa de propaganda e publicidade	479	306
Despesa de seguro	68	79
Despesa de serviços do sistema financeiro	2.087	1.977
Despesa de serviços de terceiros	367	562
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.155	977
Despesa de serviços de técnicos especializados	826	540
Despesa de serviços de transportes	888	849
Despesa de viagem	131	56
Despesa de depreciação	858	697
Outras despesas administrativas	1.569	1.163
Total	14.975	12.485

NOTA 22 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	821	682
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	7.683	9.398
Reversão de provisões operacionais	1.808	1.628
Outras rendas operacionais	516	294
Total	10.828	12.002

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 23 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Descontos concedidos em renegociação e crédito	669	653
Contribuições Cooperativistas	57	28
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	341	248
Contribuição Confederação Sicredi	3.818	3.369
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	403	431
Encargos da administração financeira	51	53
Repasse administradora de Cartões	183	323
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	597	527
Outras provisões operacionais	2.298	1.338
Outras despesas operacionais	1.947	1.740
Total	10.364	8.710

NOTA 24 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2018	2017
Beneficiários de garantias prestadas (i)	38.739	26.182
Total	38.739	26.182

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 25 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho “Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3”.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de liquidez pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos \ Gerenciamento de Riscos Pilar 3".

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos".

NOTA 26 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	65.119	43.615
Nível I (NI)	60.574	42.595
Capital principal - CP	60.574	42.595
Capital social	31.760	25.145
Reservas de capital	28.909	16.238
Lucros acumulados	2.936	2.846
Ajustes Prudenciais	(3.031)	(1.634)
Nível II (NII)	4.545	1.020
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	4.545	1.020
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	395.835	284.925
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.057	354
Margem de Capital (i)	22.499	13.344
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,45%	15,31%
Situação de Imobilização (Imob)	5.436	4.876
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,35%	11,18%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 27 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2018, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Erli Silveira Lima
Diretor Executivo
CPF: 313.269.510-68

Paul Gerhard Enns
Diretor de Operações
CPF: 560.422.800-15

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20